

TERMO DE ADESÃO STJ n. 1/2013

DADOS DO PARTÍCIPE COORDENADOR DO PES	
RAZÃO SOCIAL: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO	
CNPJ/MF: 00.489.828/0002-36	
ENDEREÇO: Esplanada dos Ministérios, Bloco “K”	
CIDADE: Brasília/DF	CEP: 70.040-906
TELEFONE: 61-2020-4343	
REPRESENTANTE: MIRIAM BELCHIOR	
CPF: 056.024.938-16	RG: 7603279-6 SSP/SP

DADOS DO TERMO DE ADESÃO
OBJETO: Integrar esforços de órgãos governamentais para desenvolver ações destinadas à implantação do Projeto Esplanada Sustentável – PES neste Tribunal, visando à melhoria da eficiência no uso racional dos recursos públicos e à inserção da variável socioambiental no seu ambiente de trabalho.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Portaria Interministerial n. 244 de 6 de junho de 2012, Portaria STJ n. 293 de 31 de maio de 2012 e art. 116 da Lei n. 8.666/1993.
VIGÊNCIA: De 6 / 8 / 2013 a 5 / 8 / 2017 .
UNIDADE FISCALIZADORA: Programa de Responsabilidade Socioambiental/DG
OBSERVAÇÕES:

TERMO DE ADESÃO STJ n. 1/2013

**TERMO DE ADESÃO 1/2013,
QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO E O
SUPERIOR TRIBUNAL DE
JUSTIÇA, PARA A
IMPLANTAÇÃO DO PROJETO
ESPLANADA SUSTENTÁVEL –
PES.**

O MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO – MPOG, órgão da administração pública federal, nos termos do Decreto n. 7.675, de 20 de janeiro de 2012, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o n. 00.489.828/0002-36, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco K, Brasília – DF, neste ato representado por sua titular, Ministra **MIRIAM BELCHIOR**, brasileira, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o n. 056.024.938-16, portadora da Cédula de Identidade n. 7603279-6, expedida pela SSP/SP, residente e domiciliada nesta capital, no uso de suas atribuições conforme designação do decreto de 1º de janeiro de 2011, e o **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, órgão integrante do Poder Judiciário da União, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o n. 00.488.478/0001-02, com sede no SAF Sul, Quadra 6, Lote 01, Brasília – DF, representado por seu Presidente, **MINISTRO FELIX FISCHER**, brasileiro, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o n. 192.857.877-20, portador da Cédula de Identidade n. 1.212.498, expedida pelo II/PR, residente e domiciliado nesta capital, doravante denominado INSTITUIÇÃO, firmam o presente **TERMO DE ADESÃO**, com fundamento na Portaria Interministerial n. 244 de 6 de junho de 2012, na Portaria STJ n. 293 de 31 de maio de 2012 e no art. 116 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente termo de adesão tem por finalidade integrar esforços de órgãos governamentais para desenvolver ações destinadas à implantação do Projeto Esplanada Sustentável – PES, na INSTITUIÇÃO, visando à melhoria da eficiência no uso racional dos recursos públicos e à inserção da variável socioambiental no seu ambiente de trabalho.

Parágrafo Único. O Projeto tem como motivadores principais o art. 225 da Constituição e o Acórdão n. 1.752, de 29 de junho de 2011, do Plenário do Tribunal de Contas da União, que recomenda ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que incentive os órgãos e instituições públicas federais a adotarem um modelo de gestão estruturado na implementação de ações voltadas ao uso racional de recursos, por meio da divulgação de orientações de acordo com os programas já existentes no governo federal:

I – Programa de Eficiência do Gasto Público – PEG, desenvolvido no âmbito da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

II – Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – Procel, mais especificamente o Subprograma Eficiência Energética em Prédios Públicos – Procel EPP, desenvolvido pela Eletrobrás e coordenado pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia;

III – Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P, coordenado pela Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente;

IV – Coleta Seletiva Solidária, no âmbito da Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

Fica estabelecido que, durante a execução do objeto deste termo de adesão, a INSTITUIÇÃO seguirá os princípios e orientações para a implantação do PEG, da A3P, do Procel EPP e da Coleta Seletiva Solidária.

Parágrafo Primeiro. A execução do PES será implementada pelos seguintes órgãos: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que o coordenará, Ministério de Minas e Energia, Ministério do Meio Ambiente e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por meio do respectivo Comitê de Coordenação.

Parágrafo Segundo. Poderão ser acrescentadas outras ações sugeridas pelo Comitê de Coordenação, de comum acordo entre as partes.

Parágrafo Terceiro. Na implementação deste termo de adesão deverão ser obrigatoriamente observados pela INSTITUIÇÃO os seguintes objetivos:

I – promover a sustentabilidade ambiental, econômica e social na administração pública federal;

II – melhorar a qualidade do gasto público pela eliminação do desperdício e pela melhoria contínua da gestão dos processos;

III – incentivar a implementação de ações de eficiência energética nas edificações públicas;

IV – estimular ações para o consumo racional dos recursos naturais e bens públicos;

V – garantir a gestão integrada de resíduos pós-consumo, inclusive a destinação ambientalmente correta;

VI – melhorar a qualidade de vida no ambiente do trabalho;

VII – reconhecer as melhores práticas de eficiência na utilização dos recursos públicos, nas dimensões de economicidade e socioambientais.

Parágrafo Quarto. Para a consecução do objeto traçado neste termo, os órgãos responsáveis pela execução do PEG, da A3P, do Procel EPP e da Coleta Seletiva Solidária poderão, em conjunto ou separadamente, gerenciar a implementação de ações cooperativas em parceria com agências e órgãos públicos e privados, particularmente com universidades e centros de

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICÍPIES

I – Cabe à INSTITUIÇÃO:

a) criar o Comitê Interno do Projeto Esplanada Sustentável – CIPES, que será responsável pela execução das atividades internas referentes ao PES no âmbito da INSTITUIÇÃO;

b) realizar, com a participação dos servidores, diagnóstico (avaliação inicial), identificando os aspectos nas dimensões de economicidade e socioambientais mais relevantes para a INSTITUIÇÃO;

c) participar de reuniões agendadas para a capacitação e o acompanhamento do Projeto;

d) preencher, de forma adequada e tempestiva, os dados solicitados pelo Comitê de Coordenação em sistema próprio a ser disponibilizado;

e) comprometer-se com a veracidade das informações prestadas;

f) gerenciar o programa nas entidades descentralizadas, quando houver;

g) elaborar, implementar e acompanhar ações e metas, incluindo aspectos socioambientais e de redução de desperdício;

h) estabelecer ações corretivas para os problemas encontrados;

i) identificar a destinação para a aplicação dos recursos recebidos em virtude das economias obtidas, conforme consta no inciso II da cláusula nona deste termo.

II – Cabe ao Comitê de Coordenação:

a) capacitar a INSTITUIÇÃO no que concerne à coleta de dados e ao uso do sistema para a realização do diagnóstico do desperdício;

b) auxiliar a INSTITUIÇÃO na realização do seu diagnóstico, bem como na elaboração das ações e metas e no respectivo acompanhamento;

c) compartilhar experiências, conhecimentos e boas práticas sobre ações eficientes e aspectos socioambientais;

d) compartilhar conhecimentos técnicos, assessorando a INSTITUIÇÃO nas fases do processo de implementação das ações e metas do Projeto;

e) promover intercâmbio técnico para difundir informações sobre objetivos, metodologia e implementação do Projeto;

f) auxiliar a INSTITUIÇÃO na promoção de ações educativas visando melhorar a qualidade do gasto público, reduzir o desperdício, conservar o meio ambiente e ter responsabilidade no que se refere ao uso correto dos bens e serviços da administração pública federal.

Parágrafo Único. Este termo de adesão não implica transferência de recursos financeiros de nenhuma natureza à INSTITUIÇÃO para a execução das ações pertinentes ao Projeto.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

O presente termo de adesão vigorará pelo prazo de até 48 meses, contado a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA – DA PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO DOS TRABALHOS

Os resultados técnicos e qualquer desenvolvimento ou inovação tecnológica decorrente de trabalhos no âmbito deste instrumento serão atribuídos à INSTITUIÇÃO, sendo vedada a sua divulgação total ou parcial sem o consentimento prévio e formal dos signatários.

CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICIDADE

A publicidade de atos, programas, obras e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridade ou de servidores públicos.

Parágrafo Único. Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto deste instrumento, será obrigatoriamente destacada a participação das instituições envolvidas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES E MODIFICAÇÕES

As cláusulas e condições deste termo de adesão poderão ser modificadas, exceto quanto ao seu objeto, mediante registro por termo aditivo de comum acordo entre os partícipes, desde que tal interesse seja manifestado, previamente, por escrito.

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

O MPOG e a INSTITUIÇÃO publicarão este termo de adesão nos seus respectivos sítios eletrônicos na rede mundial de computadores – *internet*, no prazo de 30 dias, contado da data da sua assinatura, e adotarão as providências necessárias para promover a sua ampla divulgação.

CLÁUSULA NONA – DA PREMIAÇÃO

Ao final do Projeto, após a adequada comprovação das ações realizadas, bem como da economia obtida, a INSTITUIÇÃO fará jus, até o exercício subsequente, a:

I – reconhecimento dos melhores resultados apurados entre as INSTITUIÇÕES aderentes ao Projeto;

II – avaliação de pleito da INSTITUIÇÃO sobre a ampliação do limite de movimentação e empenho, no valor de até cinquenta por cento da economia alcançada, que será encaminhada para apreciação do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Ministro de Estado da Fazenda, conforme disposto na legislação pertinente.

Parágrafo Único: A INSTITUIÇÃO deverá elaborar justificativa circunstanciada acerca da destinação dos recursos advindos da premiação constante do inciso II desta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PESSOAL

Os recursos humanos a serem utilizados na execução do presente termo de adesão não sofrerão nenhuma alteração na sua vinculação empregatícia por desempenho de atividades relacionadas ao cumprimento deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

A INSTITUIÇÃO poderá rescindir unilateralmente o presente acordo, sendo-lhe imputadas as responsabilidades e obrigações do prazo em que tenha vigido e creditados, em seu favor, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

Parágrafo Primeiro. O presente termo poderá ser rescindido, de comum acordo entre os partícipes ou por inadimplência de quaisquer cláusulas ou condições, mediante notificação escrita, com a antecedência mínima de 30 dias, em conformidade com a legislação em vigor.

Parágrafo Segundo. Na hipótese mencionada no *caput* desta cláusula, ficarão assegurados o prosseguimento e a conclusão dos trabalhos em curso, salvo decisão contrária acordada entre os partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Na hipótese de ocorrência de controvérsias no que tange à interpretação e/ou ao cumprimento do presente termo de adesão, os partícipes concordam, preliminarmente, em tomar iniciativas para solucioná-las administrativamente e, em última instância, em submeter eventuais conflitos à apreciação da Advocacia-Geral da União, por meio de conciliação ou arbitramento, na forma do art. 4º, inciso XI, da Lei Complementar n. 73, de 10 de fevereiro de 1993, e conforme as disposições contidas na Portaria AGU n. 1.281 de 27 de setembro de 2007.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos em comum acordo pelos partícipes.

E, por estarem de acordo, os partícipes assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor, para que produza, entre eles, os efeitos legais na presença das testemunhas, que também o subscrevem.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 1351 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 23 de Agosto de 2013 Publicação: Segunda-feira, 26 de Agosto de 2013

Brasília, 6 de agosto de 2013.

Ministra MIRIAM BELCHIOR Ministra de Estado Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	Ministro FELIX FISCHER Presidente Superior Tribunal de Justiça
---	---

<hr/> Testemunha: CPF:	<hr/> Testemunha: CPF:
------------------------------	------------------------------

